

Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto **Resolução BCB nº 2/2020** do Banco Central do Brasil, apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** referente à data-base de 30 de junho de 2025.

Demonstrativos compreendidos:

1. Termo Declaratório;
2. Relatório da Administração;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração do Resultado do Exercício;
5. Demonstração do Resultado Abrangente;
6. Demonstração das Mutações do Exercício;
7. Demonstração do Fluxo de Caixa;
8. Notas Explicativas.
9. Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações divulgadas no site em 30/09/2025 <https://www.cdcbank.com.br>

A Diretoria da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados. Camila Dias Barros Diretora, Emille Franciele Dias Barros Catrink Diretora e Paulo Eduardo Pereira CRC SC 030018/O-3.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

CAMILA DIAS
BARROS:014
75038682

Assinado de forma
digital por CAMILA
DIAS
BARROS:01475038682
Dados: 2025.09.29
16:09:06 -03'00'

Camila Dias Barros
Diretora

gov.br

Documento assinado digitalmente
EMILLE FRANCIELLE DIAS BARROS CATRINCK
Data: 29/09/2025 16:33:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Emille Francielle Dias Barros Catrink
Diretora

sonadec
contabilidade
contabilidade@sonadec.com.br
(41) 3204-8100

Assinado de forma
digital por PAULO
EDUARDO
PEREIRA:04167896923
Dados: 2025.09.29
17:39:27 -03'00'

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

CDC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A
CNPJ 18.394.228/0001-79

Av. Raja Gabaglia, 4.000, Sala 419 – Estoril – Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP: 30.494-310
www.cdcbank.com.br | 31 2573-0055

Índice

1. TERMO DECLARATÓRIO	3
2. RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO RA	4
3. BALANÇO PATRIMONIAL BP	7
4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DRE	8
5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE DRE-A	9
6. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DMPL.....	10
7. DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA DFC	11
8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
8.1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
8.2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
8.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS.....	13
8.4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	14
8.5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	15
8.6. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966/2021.....	15
8.7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18
8.8. OUTROS CRÉDITOS.....	22
8.8.1. <i>Imobilizado</i>	23
8.9. INTANGÍVEL.....	23
8.10. OUTROS DEPÓSITOS.....	24
8.11. OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	24
8.12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
8.12.1. <i>Capital Social</i>	24
8.12.2. <i>Reserva de Lucros</i>	24
8.12.3. <i>Efeitos da Adoção Inicial da Resolução CMN 4966/2022</i>	24
8.12.4. <i>Lucro/Prejuízo Acumulado</i>	24
8.12.5. <i>Impostos e Contribuições</i>	25
8.13. GERENCIAMENTO DE RISCO	25
8.13.1. <i>Risco de Crédito</i>	25
8.13.2. <i>Risco de Liquidez</i>	25
8.13.3. <i>Risco Operacional</i>	26
8.13.4. <i>Risco Socioambiental</i>	26
8.13.5. <i>Risco de Capital</i>	26
8.13.6. <i>Ouvidoria</i>	26
8.13.7. <i>Limite Operacional (Acordo da Basileia) Valores em Reais</i>	26
8.14. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	27
8.14.1. <i>Elaboração das DF'S</i>	27
9. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	27

1. Termo Declaratório

Termo Declaratório: Eu, **CAMILA DIAS BARROS**, brasileira, economista, domicílio comercial na avenida Raja Gabaglia, nº 4000 Sala 419, Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.494-310, Estado de Minas Gerais, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

CAMILA DIAS
BARROS:014
75038682

Assinado de forma
digital por CAMILA
DIAS
BARROS:01475038682
Dados: 2025.09.29
16:10:11 -03'00'

Camila Dias Barros
Diretora

Documento assinado digitalmente
 **EMILLE FRANCIELLE DIAS BARROS CATRINCK**
Data: 29/09/2025 17:19:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Emille Francielle Dias Barros Catrinck
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

2. Relatório de Administração | RA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, relativos ao semestre findo em **30 de junho de 2025**.

No contexto de desenvolvimento do mercado e das contínuas inovações, a revolução digital representa um fator determinante na concorrência. A Sociedade direciona investimentos para os avanços tecnológicos, aprimora constantemente a capacitação da nossa equipe para a diversificação do portfólio com a introdução de novos produtos.

Visão Estratégica: A Sociedade se concentrou em continuar a fortalecer sua presença no mercado financeiro como uma alternativa ágil e eficiente para a concessão de crédito direto a pessoas físicas e jurídicas. Essas abordagens têm como objetivo central garantir nossa competitividade e aprimorar a geração de valor.

Atividades e Resultados:

Ampliação da Carteira: Durante este período, registramos um crescimento significativo na base de clientes, demonstrando a demanda crescente por nossos serviços de crédito direto. Isso reflete nossa capacidade de atender às necessidades de uma ampla gama de clientes.

Tecnologia e Plataforma: Investimos na melhoria contínua de nossa plataforma tecnológica para garantir uma experiência de usuário intuitiva, processos eficientes e segurança robusta. A plataforma

permite que os clientes solicitem empréstimos, acompanhem suas transações e acessem informações financeiras de maneira conveniente.

Governança Corporativa:

A Sociedade incorpora uma política de governança corporativa com princípios de ética, transparência, respeito e equidade, norteados as relações com clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores. Mantemos um compromisso com o aperfeiçoamento contínuo da gestão, sempre respaldado pelas diretrizes e estratégias estabelecidas pela Alta Administração.

Conformidade e Regulamentação: Mantivemos um compromisso com a conformidade regulatória. Trabalhamos em estreita colaboração com as autoridades reguladoras para garantir que nossas operações estejam em conformidade.

Gestão de Riscos: Implementamos estratégias de gestão de riscos para mitigar ameaças operacionais e financeiras. Nossa abordagem inclui a avaliação cuidadosa de perfis de crédito, análises de viabilidade e monitoramento constante de inadimplência.

Inovação e Perspectivas Futuras:

Novos Produtos e Serviços: Continuaremos a expandir nossa oferta de produtos e serviços para atender às necessidades em constante evolução dos clientes.

Parcerias Estratégicas: Buscaremos oportunidades para estabelecer parcerias estratégicas com instituições financeiras, fintechs e empresas de tecnologia. Essas parcerias nos permitirão ampliar nossa base de clientes e aumentar nossa presença no mercado.

Experiência do Cliente: Continuaremos a aprimorar a experiência do cliente, investindo em atendimento personalizado, rapidez nas decisões de crédito e comunicação clara. Nossa meta é manter altos níveis de satisfação do cliente.

Agradecimentos

A Sociedade está dedicada a oferecer aos nossos clientes soluções financeiras inovadoras, seguras e de confiança. Ao manter nosso foco na aderência regulatória, na aplicação de novas tecnologia e no estreitamento do relacionamento com os clientes, estamos preparados para enfrentar os obstáculos e explorar as perspectivas futuras no âmbito do mercado de crédito direto.

A Administração da Sociedade agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros e ao empenho de seus colaboradores.

Assinado de forma
digital por CAMILA
DIAS
CAMILA DIAS
BARROS:01475038682 BARROS:01475038682
Dados: 2025.09.29
16:16:54 -03'00'

Camila Dias Barros

3. Balanço Patrimonial | BP

CDC SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A
CNPJ: 18.394.228/0001-79
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
ATIVO			PASSIVO		
	NE	30/06/2025		NE	30/06/2025
CIRCULANTE		17.463	CIRCULANTE		15.226
Disponibilidades	8.4	34	Depósitos	8.10	9.245
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.4	9.183	Outros Depósitos		9.245
Aplicações no Mercado Interno		9.183			
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos		502	Outras obrigações	8.11	5.981
Carteira Própria		502	Cobrança e arrec. de tributos		15
			Fiscais e Previdenciárias		251
			Diversas		5.715
Relações Interfinanceiras	8.5	407			
Créditos Vinculados		407	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.197
Operações de crédito	8.6	4.776	Capital Social	8.12	5.500
Operações de crédito		6.364	Capital		5.000
(-) RE - TJEO Diferenciada		-29	Aumento de Capital		1.000
(-)Provisões p/ perdas incorridas associadas ao risco de crédito		-1.186	Capital a Realizar		-500
(-)Provisões Adicionais		-373	Reserva de Lucros		452
			Resultado do Período		245
Outros créditos	8.7	2.561			
Diversos		2.561			
NÃO CIRCULANTE		3.960			
Operações de crédito	8.6	2.266			
Operações de crédito		2.266			
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		0			
Imobilizado	8.8	1.598			
Outras Imobilizações de Uso		1.790			
(-) Depreciações Acumuladas		-192			
Intangível	8.9	96			
Ativos Intangíveis		188			
(-) Amortizações Acumuladas		-92			
TOTAL DO ATIVO		21.423	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		21.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Demonstração de Resultado | DRE

CDC SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 18.394.228/0001-79

SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	NE	01/01 a 30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>9.015</u>
Operações de crédito		2.197
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		198
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		0
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		6.620
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>-905</u>
Operações de empréstimos e repasses		0
Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-905
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>8.110</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-7.862</u>
Receitas de prestação de serviços		867
Rendas de tarifas bancárias		58
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo		0
Despesas de pessoal		-67
Outras despesas administrativas		-8.246
Despesas tributárias		-669
Outras Receitas Operacionais		260
Outras despesas operacionais		-65
RESULTADO OPERACIONAL		<u>248</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>0</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>248</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.12.4	<u>-59</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente		-140
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido		81
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>189</u>
Lucro por ação		0,0344
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

5. Demonstração de Resultado Abrangente | DRE-A

CDC SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 18.394.228/0001-79

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	
	01/01 a 30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>189</u>
Outros Resultados Abrangentes	56
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>245</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

6. Demonstração do Patrimônio Líquido | DMPL

CDC SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 18.394.228/0001-79

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2024	3.000	11	458			-	3.469
1 - Efeitos da Adoção Inicial Resolução						56	56
2 - Aumento de Capital	2.000			500		-	2.500
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período						189	189
4 - Destinações:						-	
- Reserva Legal		-				-	-
- Reservas Estatutárias							-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital			-			-	-
- Reservas Especiais de Lucro			-			-	-
5 - Pagamento ou Reversão de			(17)				(17)
Saldos em 30 de junho 2025	5.000	11	441	500	-	245	6.197
Mutações do Exercício	2.000	-	(17)	500	-	245	2.728
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

7. Demonstração Fluxo de Caixa | DFC

CDC SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 18.394.228/0001-79

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	
	01/01 a 30/06/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	
1.1 Lucro/Prejuízo do período	189
1.2 Ajustes por Depreciação/Amortização	75
1.3 Ajustes por Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	905
2. Variação de Ativos e Obrigações	-6.269
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários/Relações Interfinanceiras	-3.790
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-2.982
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-1.155
2.4 Outros valores e bens	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	153
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	1.505
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-5.100
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-815
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado/Intangível	-815
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	5.917
5.1 Depósitos	3.434
5.2 Empréstimos País	0
5.3 Dividendos pagos	-17
5.4 Capital Social/Reservas	2.500
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	2
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	32
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	34
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

8. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025 (Expressas em reais mil)

8.1. Contexto Operacional

A CDC Sociedade de Crédito Direto S.A., CNPJ nº 18.394.228/0001-79, iniciou suas atividades no ano de 2013, tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros.

8.2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras.

Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, onde os valores são expressos em milhares de reais.

A Instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 29 de agosto de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

8.3. Principais Critérios Contábeis adotados

- a. **Receitas e Despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.
- b. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** conforme resolução vigente inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
- c. **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- d. **Valor de Recuperação de Ativos (*impairment*):** de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.
- e. **Operações de Crédito:** as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar
- f. **Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito:** Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.
- g. **Imobilizado de Uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

- h. **Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas:** os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.
- i. **Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias:** as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).
- j. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.
- k. **Utilização de Estimativas:** para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

8.4. Caixa e Equivalente de Caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	30/06/2025
Depósitos Bancários	34
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.183

8.5. Relações Interfinanceiras

Os valores referentes as Relações Interfinanceiras seguem a seguinte composição:

	30/06/2025
Créditos Vinculados	407

8.6. Instrumentos IFRS 9 e Resolução 4966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.

- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

8.7. Operações de Crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte;

30/06/2025			
Operações de Crédito	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	6.364	2.266	8630
Saldo Contratual	6.364	2.266	8.630
(-) RD - TJEO Diferenciada	29	0	29
(-) Receita a Apropriar	29	0	29

(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	1.186	0	1.186
(-) Provisão Adicional	373	0	373
(-) Provisão de Perdas	1.559	0	1.559
Saldo Contábil Líquido	4.776	2.266	7.042

Classificação Contábil	Custo Amortizado
-------------------------------	-------------------------

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

	30/06/2025
Composição de Carteira de Operações de Crédito	7.042
Empréstimos	7.041
Crédito Pessoal	4.350
Capital de Giro	2.692

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

30/06/2025

Classificação por Estágios de Risco de Crédito	8.601
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	6.426
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	6.426
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	2.175
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	2.175

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

30/06/2025

Classificação por Carteiras de Provisão	8.601
Carteira C4	2.909
Não Problemáticos	2.364
De 0 a 14 dias de atraso	2.229
De 31 a 60 dias de atraso	135
Problemáticos adimplidos	51
De 0 a 90 dias de atraso	51

Problemáticos Inadimplidos	494
Inadimplido – Período menor que um mês	18
Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	317
Inadimplido – Período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	120
Inadimplido – Período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	13
Inadimplido – Período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	26
Carteira C5	5.692
Não Problemáticos	4.062
De 0 a 14 dias de atraso	3.853
De 15 a 30 dias de atraso	46
De 31 a 60 dias de atraso	103
De 61 a 90 dias de atraso	60
Problemáticos adimplidos	203
De 0 a 90 dias de atraso	203
Problemáticos Inadimplidos	1.427
Inadimplido – Período menor que 1 mês	149

Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	204
Inadimplido – Período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	309
Inadimplido – Período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	100
Inadimplido – Período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	25
Inadimplido – Período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	47
Inadimplido – Período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	36
Inadimplido – Período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	24
Inadimplido – Período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	50
Inadimplido – Período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	118
Inadimplido – Período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	20
Inadimplido – Período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	103
Inadimplido – Período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	57
Inadimplido – Período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	69
Inadimplido – Período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	91
Inadimplido – Período igual ou maior que 21 meses	25

8.8. Outros Créditos

A composição de outros créditos está assim demonstrada:

	30/06/2025
Adiantamento de viagem	12
Adiantamento a terceiros	17
Adiantamento despesa	692
Adiantamento transitória de débito	7
Adiantamento Obra	0
Impostos a compensar	299
Crédito tributário	252
Devedores diversos	1.282
Total	2.561

8.8.1. Imobilizado

O ativo imobilizado da Sociedade no valor de R\$ 1.598 mil é composto por:

	30/06/2025
Móveis e Equipamentos Sistema de processamento de dados	173
Veículos	500
Imóveis	1.117
(-) Depreciações Acumuladas	(192)
Total	1.598

8.9. Intangível

O ativo Intangível da instituição no valor de R\$ 96 mil é composto por Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a.:

	30/06/2025
Sistema de processamento de dados	172
Outros	16
(-) Depreciações Acumuladas	(92)
Total	96

8.10. Outros Depósitos

	30/06/2025
Conta de Pagamento Pré-Paga	9.245

8.11. Outras Obrigações

Abaixo a composição das outras obrigações:

	30/06/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos assemelhados	15
Fiscais e Previdenciárias	251
Credores Diversos País	5.715
Total	5.981

8.12. Patrimônio Líquido

8.12.1. Capital Social

A sociedade possui integralizado capital social no montante de R\$ 5.500 mil representado por 5.500 mil cotas, com valor unitário de R\$ 1,00.

8.12.2. Reserva de Lucros

A Reserva de Lucros é constituída com a destinação do resultado do exercício anterior e totaliza o montante de R\$ 452 mil.

8.12.3. Efeitos da Adoção Inicial da Resolução CMN 4966/2022

Em decorrência da adoção dos critérios contábeis previstos na Resolução 4966/2022, a instituição apurou reversão de provisões em relação aos critérios anteriores previstos na Resolução 2682/1999. Em decorrência dessa adoção, foi registrado em Lucros Acumulados o montante de R\$56 mil.

8.12.4. Lucro/Prejuízo Acumulado

A Sociedade apurou lucro no montante de R\$ 189 mil no semestre findo em 30/06/2025.

8.12.5. Impostos e Contribuições

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Discriminação	30/06/2025
Contas de Resultado Credoras	10.251
Contas de Resultado Devedoras	(10.003)
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	248
(+) Adições	905
(-) Exclusões	(704)
Lucro Tributável Antes Compensação Prejuízo Fiscal	449
(-) Compensação Prejuízos Exercícios Anteriores	-
Lucro Tributário Real	449
Imposto de Renda (15% + 10% adicional)	100
Contribuição Social (9%)	-40
Imposto de Renda Diferido (15% + 10% adicional)	40
Contribuição Social Diferido (9%)	-41

8.13. Gerenciamento de Risco

8.13.1. Risco de Crédito

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

8.13.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

8.13.3. Risco Operacional

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

8.13.4. Risco Socioambiental

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

8.13.5. Risco de Capital

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

8.13.6. Ouvidoria

O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

8.13.7. Limite Operacional (Acordo da Basileia)

Valores em Reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Resolução BCB 4.606/2017. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco

da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 30/06/2025 em 44,53%, com o Patrimônio De Referência (PRS5) em R\$ 5.601.018,76.

8.14. Outras Informações

8.14.1. Elaboração das DF'S

Em conformidade com a Resolução nº 1.184/09, do Conselho Federal de Contabilidade | CFC, informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025 foi autorizada pelos sócios da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 29/08/2025.

9. Relatório dos Auditores Independentes

Semestre findo em 30 de junho de 2025 (Expressas em reais mil)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
CDC Sociedade de Crédito Direto S/A
Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CDC Sociedade de Crédito Direto S/A** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CDC Sociedade de Crédito Direto S/A** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8.2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 29 de setembro de 2025.

Ronskoski Auditores Independentes S/S

CRC – PR Nº 011842/O-5

CVM Nº 13200

LUIZ EDUARDO

RONSKOSKI:021068

38999

Assinado de forma digital por LUIZ

EDUARDO

RONSKOSKI:02106838999

Dados: 2025.09.29 14:58:37 -03'00'

Luiz Eduardo Ronskoski

CRC – PR Nº 044.768/O-3